

RODA DE DIÁLOGO

SEM COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA

**NÃO EXISTE
DEMOCRACIA
DE VERDADE**



**FÓRUM
SOCIAL
MUNDIAL**



**PORTO ALEGRE
23-28 JANEIRO | 2023**

INTRODUÇÃO

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), entidades e militantes engajadas e engajados na luta pela Democratização da Comunicação promoveram nesta terça-feira (24), das 14h às 17h, uma roda de diálogo “Sem comunicação democrática não existe democracia de verdade”, no auditório do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre (Rua General Câmara, 424 – Centro Histórico).

O evento foi híbrido e fez parte da programação do Fórum Social Mundial Porto Alegre 2023, que aconteceu de 23 a 28 de janeiro de 2023. A atividade contou com a fala de várias entidades, que trouxeram de forma resumida as suas pautas, também contamos com a participação de Samara Castro, diretora de Promoção da Liberdade de Expressão, da Secretaria de Políticas Digitais da SECOM, e a ex-presidente do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), cassada após o golpe de 2016, Rita Freire, que integra a equipe de transição da EBC.

Em um pequeno texto de 2 laudas, recebemos as principais questões levantadas por cada entidade, que resultou neste caderno, o qual estaremos encaminhando para a Secretaria de Comunicação Social (Secom) do governo Lula, para equipe de transição da EBC e para a coordenação do Fórum Social Mundial 2023.

PARCERIAS PARA A REALIZAÇÃO DESTE EVENTO

A roda de diálogo tem a parceria da ABRAÇO RS e Brasil, Associação Catarinense de Rádios Comunitárias, Brasil de Fato/Rede Soberania, Ciranda, CUT/RS – Central Única dos Trabalhadores RS, Coletivos de Raros e PCDS da EBC, DiraCom – Direito à Comunicação e Democracia, FENAJ, FITTEL, FITRATELP, Fórum Latino-Palestino, INTERVOZES, Instituto Parrhesia Erga Omnes/Parrhesia rádio Web, Jornal O Coletivo, Jornal dos Trabalhadores, MEMO – Monitor do Oriente Médio, MNRC – Movimento Nacional de Rádios Comunitárias, NPC – Núcleo Piratininga de Comunicação, Ouvidoria Cidadã da EBC, Rádio Ferrabraz FM, RED (Rede Estação Democracia), Raízes Web rádio, Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS, UBM – União Brasileira de Mulheres, UFBA – Universidade federal da Bahia, Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, Jornalistas Livres e Pão com Ovo.

DESAFIOS PARA O FORTALECIMENTO DA MÍDIA ALTERNATIVA

A luta para que o Brasil tenha meios de comunicação mais democráticos e acessíveis à população – que contribuam para a ampliação da liberdade de expressão de todos e todas e que efetivamente estimulem a diversidade e a pluralidade da sociedade brasileira – é estratégica para a construção de um Brasil mais desenvolvido, soberano e democrático.

Essa luta se desdobra em diversas frentes: a discussão de um novo marco legal para as comunicações no Brasil, que regulamente os dispositivos constitucionais acerca do tema; debate de pautas ligadas às novas tecnologias de informação e comunicação, como a regulação das plataformas digitais; afirmação dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da comunicação; valorização do jornalismo; combate à concentração econômica, defesa dos direitos humanos e, também, pelo fortalecimento das mídias alternativas, independentes, comunitárias, populares, enfim, de todo um grupo de veículos e iniciativas que nasceram fora dos grandes oligopólios privados da comunicação no Brasil.

O Barão de Itararé, que integra o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação ao lado de outras entidades, tem atuado para que a discussão de uma comunicação democrática para o país resulte em políticas estruturantes. Infelizmente, o país avançou pouco neste campo, e uma parte significativa desses avanços foi totalmente desmontada a partir do golpe de

2016 e durante o mandato de Jair Bolsonaro. O desmonte da Empresa Brasil de Comunicação, é um desses exemplos.

Além disso, o país foi mergulhado num cenário de violações à liberdade de expressão e de perseguição contra jornalistas, comunicadores e veículos de comunicação, que se agravou nos últimos 4 anos. As agressões contra a imprensa partiam do próprio ex-presidente, o que estimulava seus seguidores a atacarem jornalistas.

O governo anterior usou seu poder político e os recursos públicos de publicidade para alimentar uma mídia de extrema-direita, alinhada com o pensamento e as iniciativas do ex-presidente, e usando as redes sociais para propagar fake news e desestruturar o debate público no país.

O GOVERNO ANTERIOR USOU SEU PODER POLÍTICO E OS RECURSOS PÚBLICOS DE PUBLICIDADE PARA ALIMENTAR UMA MÍDIA DE EXTREMA-DIREITA, ALINHADA COM O PENSAMENTO E AS INICIATIVAS DO EX-PRESIDENTE, E USANDO AS REDES SOCIAIS PARA PROPAGAR FAKE NEWS E DESESTRUTURAR O DEBATE PÚBLICO NO PAÍS.

O Brasil, que já tinha uma dívida histórica com a pauta da comunicação, agora tem desafios mais profundos pela frente, seja em função das novas tecnologias, seja pela intolerância que se aprofundou a partir do discurso de ódio e violência propagado pela extrema-direita.

Por isso, o novo governo tem o desafio de colocar o debate sobre o tema da comunicação como estratégico para a reconstrução democrática.

O Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé reúne, neste documento, algumas propostas de fortalecimento da mídia alternativa visando contribuir para ampliar a diversidade e a pluralidade de vozes em circulação nas várias plataformas de comunicação no país - internet, rádio, televisão e meios impressos.

Além do caráter democrático e de efetivarem um direito humano fundamental - o direito à comunicação - essas propostas têm impacto no desenvolvimento econômico e fortalecem a participação popular nos debates públicos.

Apresentamos ideias para o estímulo à produção de conteúdo para os meios de comunicação alternativos, de investimentos em infraestrutura, e instrumentos de distribuição de conteúdos e de promoção da cidadania.

1 - Criar linhas de crédito, através de editais públicos, destinados especificamente ao financiamento da produção independente, popular e comunitária, que valorize a diversidade (regional, étnico-racial, religiosa, cultural, de geração, orientação sexual e inclusão de pessoas com deficiência)

2 - Criar e fortalecer fundos públicos para fomentar a produção pública, independente, comunitária e de conteúdo jornalístico profissional independente.

3 - Fomento aos meios alternativos de comunicação, em especial ao midialivrismo, com apoio às rádios comunitárias, música livre, estúdios livres, às plataformas de comunicação em rede, como blogs e sites de produção de conteúdo informativo.

4 - Valorização dos pequenos jornais e de projetos de pequenos empreendedores em comunicação.

5 - Apoiar e incentivar a produção audiovisual independente no Brasil, por meio de editais e ampliação dos percentuais de fundos setoriais de apoio e investimento, de modo a construir políticas para o fomento de produção de conteúdo, levando em consideração as produções locais e regionais independentes, realizadas por micro, pequenas e médias empresas, cujos acionistas não tenham participação acionária em empresas emissoras e distribuidoras e de acordo com o público-alvo.

6 - Capacitação de agentes de comunicação, como radialistas e comunicadores sociais, para impulsionar a produção de conteúdo e o desenvolvimento local.

7 - Definir política democrática e transparente para a distribuição de publicidade oficial nos meios de comunicação:

a) tornar públicos os critérios de distribuição das verbas e execução orçamentária;

b) garantir uma distribuição de recursos que não tome a medida quantitativa de audiência como único critério e que considere, também, os princípios constitucionais definidos para a comunicação social, em particular o da diversidade de informação e opinião;

c) criar critérios de alocação de recursos que considerem a promoção da diversidade e pluralidade de fontes e opiniões, o respeito aos direitos humanos.

8 - Desenvolver uma política de difusão de campanhas institucionais dos vários ministérios, estatais e outros órgãos vinculados ao governo federal que leve em consideração a segmentação da mensagem, para garantir que a sua distribuição também seja realizada para meios de comunicação alternativos, comunitários, populares que atinjam os públicos alvo definidos.

9- Política de apoio à radiodifusão comunitária local.

a) Apoiar as rádios e TV's comunitárias, com a criação de um fundo de distribuição de verbas para o suporte a estruturação e funcionamento;

b) Incluir a radiodifusão comunitária no rol de emissoras que veiculam campanhas de interesse público (vacinação, educacionais, combate à fome, etc)

10- Estabelecer práticas de educação não formal em comunicação, com a realização de oficinas de educomunicação para jovens e adultos.

11 – Incluir na Educação Básica e Ensino Médio disciplinas e/ou conteúdos para desenvolver competências e habilidades voltadas para a leitura crítica de mídia e para o uso das novas tecnologias de comunicação e informação.

12 - Inserir nas bibliotecas públicas jornais e revistas de conteúdos diversificados e alternativos.

13 - Estimular que em espaços públicos – postos de saúde, postos de atendimento ao cidadão dos mais variados serviços públicos – os aparelhos de televisão e rádio estejam preferencialmente sintonizados em emissoras públicas.

14 - Estimular a criação e o compartilhamento de recursos educacionais abertos, à produção colaborativa de materiais didáticos e processos de aprendizagem, envolvendo escolas, professores, estudantes e a comunidade em geral.

15 - Desenvolver política pública de fomento às liberdades na rede com o desenvolvimento de:

- a) licenças livres de obras culturais e educacionais custeadas ou realizadas pelo ente público, e de todos os documentos públicos;
- b) adoção e promoção do uso de software livre pela administração pública, com fomento à produção de softwares abertos.

16 - Desenvolvimento de um programa de apropriação crítica das tecnologias, em parceria com estados e municípios, pequenos empreendedores, grupos da sociedade civil e/ou equipamentos públicos – instituições culturais, educacionais e esportivas.

Essas são algumas das muitas iniciativas que podem ser adotadas para contribuir com o fortalecimento dos mais variados arranjos comunicacionais que buscam produzir conteúdo jornalístico fora dos grandes conglomerados midiáticos nacionais.

PROPOSTAS DO CENTRO DE ESTUDOS DA MÍDIA ALTERNATIVA BARÃO DE ITARARÉ



Centro de Estudos da Mídia Alternativa
Barão de Itararé

A ESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO POPULAR

O movimento popular tem o poder e seus instrumentos como meio para promover uma vida melhor para a coletividade. Não como finalidade.

É a partir deste pressuposto que a RAÍZES Web Rádio gostaria de discutir um sistema nacional de comunicação. Ele deve, por exemplo, priorizar a consciência coletiva da importância da vacinação, acima da divulgação das iniciativas do Ministério da Saúde, sem desconsiderar que esta última também é uma tarefa importante.

Da mesma forma, os esforços para criar canais de divulgação das informações e dos debates, precisa considerar tanto a importância dos grandes temas nacionais quanto as pequenas necessidades de cada vila.

**É PRECISO INFORMAR SOBRE AS
POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS
PARA A EDUCAÇÃO E, AO MESMO
TEMPO, CONSIDERAR A
REIVINDICAÇÃO DE UMA ESCOLA DE
ENSINO MÉDIO PARA O BAIRRO
SANTO AFONSO, NA PERIFERIA DE
NOVO HAMBURGO.**

Se formos capazes de criar uma rede ativa de canais de comunicação que tenham diálogo com as necessidades concretas e imediatas das periferias, teremos canais para discutir também os grandes temas nacionais.

Nas iniciativas de combate à fome vamos encontrar espaço para promover o encontro das favelas com o MST. Isto já está sendo feito, aliás. Precisamos e podemos avançar neste caminho.

Para isto, porém, é necessário criar um espaço de discussão coletiva sobre nossas políticas de informação e comunicação, capaz de incidir sobre o conjunto, das decisões sobre as prioridades de conteúdo à irrigação de recursos.

É possível? É difícil. Mas entendemos necessário.

**PROPOSTA DA RAÍZES WEB RÁDIO
APRESENTAÇÃO POR CARLOS MOSMANN**



MÍDIA INDEPENDENTE NÃO É JOGADA

QUEM SOMOS

A Constituição Federal (CF) nos diz que “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”.

Não nos escondemos. Nós nos mostramos e informamos o que se passa na vida das pessoas, sem omissões, sem subterfúgios, buscando a verdade.

Nós combatemos o anonimato, bem como não inventamos “fontes” tão comuns na mídia tradicional.

Não tem jogada. Não tem encenação.

Somos mídia independente. Dedicada a dar visibilidade aos menos favorecidos, às pautas da democracia social, direitos humanos, meio ambiente e no combate a quaisquer formas de violência e discriminação, na defesa da vida, das mulheres, dos povos originários, do povo negro e quilombola.

Mais adiante, a CF diz que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.

Nós não pedimos para existir. Nós existimos. Com dificuldades, sobrevivemos às fake news, à falta de apoio institucional.

Entendemos este outro dispositivo constitucional que diz que “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”. Sigilo para

segurança das pessoas, pela dignidade da pessoa humana, para informar o que os outros têm medo de informar ou interesse de esconder.

UM POUCO DA NOSSA CAMINHADA

Com mais ou menos tempo, cada um destes órgãos de mídia independente – **Zona Norte Jornal**, jornal de bairro há mais de duas décadas; **Portal Litoral Norte**, dedicado à cobrir uma importante região do Estado do Rio Grande do Sul, compreendendo 23 municípios; e o **Jornal Brasil Popular**, este com sede em Brasília, capital do País, com cobertura nacional e local e presença de colaboradores trabalhando de forma cooperativada em quase todos os estados da Federação, tendo feito um duro combate no campo da notícia e das comunicações, nos últimos tempos enfrentou o governo de inomináveis como inomináveis eram os governos estaduais – fomos e somos uma voz importante para sustentar uma retomada do processo democrático, combater o fascismo em cada canto da Nação e defender a soberania nacional.

Já existimos há algumas décadas e temos apoio em cada grotão, comunidade, bairro, cidade, região e estado, que, a depender do foco de cada uma dessas mídias, atua para informar, explicar, revelar e colaborar.

ONDE QUEREMOS CHEGAR

Avançar no mundo digital! Informar, debater, colaborar na construção de narrativas e, com isso, ampliar o nosso conteúdo e construir a nossa presença digital, pois é impossível pensar em comunicação e produção jornalística, hoje, no Brasil, e não se atentar que atualmente 90% dos lares brasileiros já têm acesso à

internet, que, diariamente, 159 milhões de pessoas usam redes sociais e que o Brasil é o 2º país que mais passa tempo na Internet e também o 3º que mais usa redes sociais.

Nesse sentido, esse nosso desejo só será viável com sustentação e apoio institucional de governos democráticos e defensores dos direitos elementares, da democracia e da inteira liberdade de expressão.

Após buscarmos o apoio de leitores (as) e apoiadores (as), seguimos, agora, em busca do apoio do governo federal por ser um governo da democracia e do livre pensar.

DO QUE PRECISAMOS

CREMOS QUE, COMO NÓS, TODAS AS MÍDIAS INDEPENDENTES E LIVRES PRECISAM DE SUBSÍDIO FINANCEIRO PARA AVANÇAR.

Não temos feito “jogadas” nem nos posicionado como os grandes entre os pequenos, nem os melhores entre os que têm mais visibilidade. Somos o que somos: uma vanguarda para comunicar de forma simples, responsável, direta para a população.

Somos e queremos ser cada vez mais lidos, ouvidos, repetidos por amplos setores da sociedade. Queremos mostrar sempre a verdade e as ideias de quem não sai na mídia liberal.

Para tal, buscamos nosso quilate, com respeito ao

nosso alcance, pois trabalhamos em rede, de forma colaborativa e cooperativa, somos repetidos por pessoas, que atingem mais pessoas do que outros que se ufanam de serem os maiores e melhores.

De forma clara, somos uma força da qual não se pode prescindir. Somos imprensa a serviço da democracia, da classe trabalhadora, do combate ao autoritarismo.

Somos Zona Norte Jornal; Portal Litoral Norte; Jornal Brasil Popular em defesa da soberania nacional e autonomia dos povos!

Brasil  **Popular**



BRASIL DE FATO – UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO

O cenário político-institucional do país mostra muito da importância estratégica que a comunicação tem na atualidade. Foi por meio dela que um governo extremista conseguiu não só chegar ao poder como, durante todo um mandato, mobilizar uma base significativa da população a seu favor. E o desafio continua, já que a estrutura comunicacional deste grupo continua ativa.

Em vista disso, cresce também a necessidade de se olhar com mais atenção para a comunicação popular. Não só por conta da necessidade de se divulgarem pautas que, em geral, são invisibilizadas no concentrado campo da mídia nacional, como também para trazer diferentes visões e desmentir notícias falsas amplamente disseminadas nas redes sociais.

Nesse sentido, mesmo agências de fact checking não são suficientes, já que funcionam seguindo a lógica de veículos tradicionais e, em muitas ocasiões, não conseguem dimensionar as diferenças entre as informações falsas.

O campo da comunicação popular, por seu lado, buscar os devidos contextos e também trabalha com narrativas distintas às adotadas pela mídia comercial. Se a Vaza-Jato teve importância para reverter as ilegalidades cometidas contra Lula, é necessário ressaltar que foi o trabalho árduo da chamada imprensa alternativa que denunciou durante anos os malfeitos da operação, ajudando a consolidar um ponto de vista distinto do geral. Também foram estes veículos que contestaram o golpe parlamentar contra Dilma Rousseff, ajudando a manter aceso o debate em torno de um triste episódio da história brasileira.

Em função disso, é necessário que a comunicação popular receba uma atenção maior, até porque o tamanho e o alcance de suas mídias, seja de forma direta ou pelas redes sociais e mecanismos de busca, além do trabalho desenvolvido de apuração, não justifica qualquer tipo de tratamento pior em relação à boa parte da comunicação de cunho comercial.

O Brasil de Fato, que completa 20 anos neste 25 de janeiro, é um exemplo disso. Conta não só com milhões de page views mensalmente como também chega a públicos distintos por meio de conteúdos desenvolvidos para rádio, vídeo e nas redes sociais.

**OS VEÍCULOS POPULARES TÊM
COMPROMISSO HISTÓRICO, E NÃO
CIRCUNSTANCIAL, COM A DEFESA
DA DEMOCRACIA E DA JUSTIÇA
SOCIAL. E MERECEM, HÁ MUITO,
UM OLHAR MAIS ATENTO.**

Brasil de Fato

UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO

NPC – HÁ 30 ANOS FORMANDO COMUNICADORES POPULARES

No último dia 31 de outubro Luís Inácio Lula da Silva foi eleito presidente do Brasil trazendo alegria e esperança para uma grande parcela da população. Derrotamos nas urnas um projeto de extrema direita com conexões internacionais.

Mesmo derrotados os representantes deste pensamento seguem à espreita atuando organizadamente na Internet e, até bem pouco, nos acampamentos montados em frente aos quartéis. O atentado do dia 8 de janeiro, em Brasília, até o momento, foi o ápice de sua investida contra a democracia. A resposta a esses elementos é tarefa central deste governo, assim como governar em uma ampla coalizão.

Assim sendo, aprendendo com as lições do passado, consideramos que o governo não pode contar com o bom humor da rede Globo, políticos, empresários e governo Biden para conseguir cumprir o trato que fez com os excluídos da sociedade. Ataques virão de todos os lados.

É preciso, necessário, indispensável que o governo de Luís Inácio Lula da Silva fale com o povo trabalhador. Lula precisa falar diretamente aos trabalhadores e explicar as decisões tomadas. Os ministros também. Mecanismos precisam ser criados para isso e definidos quais serão os instrumentos de comunicação utilizados. Para o Núcleo Piratininga de Comunicação nenhum deles pode ser desprezado.

A COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL DEVE ESTAR A SERVIÇO DA SOCIEDADE.

A comunicação pública deve ser incentivada e receber investimento. Assim como devem ser incentivadas e financiadas organizações da sociedade civil que trabalham no campo da Comunicação.

O Núcleo Piratininga de Comunicação propõe a realização de entrevistas coletivas periódicas com comunicadores populares para mantê-los informados em primeira mão sobre atos do governo e traz para o debate a urgência de financiamento para pontos de comunicação que se mantêm ativos, e a abertura de editais de incentivo a grupos de comunicação que atuam nas favelas e periferias das cidades brasileiras, aldeias, quilombos, ocupações urbanas, acampamentos e assentamentos de reforma agrária.

Como parte desta investida na democratização da comunicação entendemos essencial o atendimento das reivindicações da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias - Abraço Brasil e do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

NPC

Núcleo Piratininga
de Comunicação

PROPOSTAS DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

A Associação Brasileira de Rádios Comunitárias – Abraço Brasil, entidade que representa as mais de cinco mil rádios comunitárias do país, apresentamos ao governo Lula as principais demandas da categoria, as quais vêm sendo debatidas nos últimos encontros nacionais, bem como, congregam pautas histórias (desde o lançamento da Lei 9.612/1998, que regulamenta o serviço de radiodifusão comunitária no país) do segmento. Assim, queremos que o atual governo firme um compromisso público com as rádios comunitárias, de modo que elas possam fortalecer ainda mais a democratização da comunicação e ser instrumentos no combate à desinformação no país.

Propostas:

- Priorizar a publicação do Plano Nacional de Outorga – PNO para os 2.000 (dois) mil municípios brasileiros que ainda não têm uma rádio comunitária outorgada depois de quase 25 anos da lei que regulamentou a radiodifusão comunitária em nosso país. Esses municípios fazem parte do que denominaram chamar de “desertos de notícias”. Publicar PNO para esses municípios que ainda não têm, e só depois publicar para os municípios que já têm RadCom outorgada;
- Queremos o fim das restrições quanto à veiculação de publicidade/propaganda;
- Acesso a verbas de divulgação públicas, tal como ocorre com as emissoras de cunho comercial;
- Não à implantação das rádios comunitárias na Faixa Estendida da FM. O espectro eletromagnético tem espaço para todos, em especial para as rádios públicas;
- Inclusão das rádios comunitárias no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST;

- Cumprimento do acordo que o Presidente Lula assinou com a Abraço Brasil quando da realização da 1ª Confecom em 2009;
 - Convocação da 2ª Confecom – Conferência Nacional de Comunicação;
 - Regulação da Mídia, conforme previsão na Constituição Federal;
 - Campanha pelo Fim do Analfabetismo no Brasil, com a participação das rádios comunitárias;
 - Disponibilizar as frequências do rádio da Amplitude Modulada – AM para entidades e organizações da sociedade civil – temos posição contrária ao fim da AM no Brasil.
- Alterar o Decreto de Nº 2.615/98. Foi aqui que os representantes da Abert atuaram quando os técnicos do Ministério das Comunicações mudaram a lei 9.612/98, através do referido decreto e por conta dessa interpretação equivocada, as rádios comunitárias sempre foram criminalizadas e perseguidas.
- Estimular a formação, capacitação e treinamento de comunicadores populares e radialistas, para impulsionar o desenvolvimento das rádios comunitárias e a comunicação comunitária no país, conforme lei 9.612/98.
 - Implantar Pontos de Comunicação

PONTOS DE COMUNICAÇÃO

Baseados na experiência exitosa dos Pontos de Cultura, sugerimos criar os Pontos de Comunicação.

Os Pontos de Comunicação seriam vinculados a associações ou fundações mantenedoras de rádios comunitárias FM, rádios web, agências de comunicação alternativa, emissoras de alto-falante ou via cabo.

As entidades encaixadas nesse perfil teriam reconhecimento e apoio financeiro e institucional do Ministério das Comunicações, mediante o compromisso de desenvolverem ações de comunicação, educação, jornalismo comunitário, promoção da cidadania e da diversidade cultural, defesa do meio ambiente e do desenvolvimento local.

Os Pontos de Comunicação devem ser espaços de produção e distribuição de jornalística e educativa através das emissoras tipificadas anteriormente.

Em parceria com os estados ou municípios, o Ministério das Comunicações abre edital com as regras e demandas necessárias para que uma entidade se torne um Ponto de Comunicação.

As entidades participariam do edital enviando projeto para análise da equipe técnica do Ministério das Comunicações.

O recurso proveniente do apoio financeiro deve ser aplicado em:

- a - treinamento de pessoal através de oficinas de comunicação para a produção jornalística e de conteúdo educativo-cultural;
- b – aquisição de equipamentos multimídia;
- c – aquisição de veículo para facilitar a mobilidade nas coberturas jornalísticas ao vivo.

Não à implantação das rádios comunitárias na Faixa Estendida da FM. O espectro eletromagnético tem espaço para todos, em especial para as rádios comunitárias e públicas.

Formação de redes a partir da SECOM envolvendo os blogs progressistas, comunicadores populares, rádios comunitárias. Essas redes receberiam esses materiais informativos condensados (memes, cards com formato para aplicativos) e rapidamente fazer a disseminação da informação.

GEREMIAS DOS SANTOS
PRESIDENTE DA ABRAÇO BRASIL



COMO AVANÇAR NA GARANTIA DO DIREITO À COMUNICAÇÃO?

Viver ficou mais difícil no Brasil do governo Bolsonaro. Foram quatro anos de retrocessos avassaladores nos mais diversos aspectos da sociedade. Na comunicação não foi diferente. Expressar-se virou um risco. Comunicar foi verbo ameaçado. Some-se a isso um cenário pandêmico, no qual emergem o ataque à ciência, a desinformação e o discurso de ódio, num país onde se passou a confundir – muitas vezes, criminosamente – liberdade de expressão com violação de direitos humanos.

Na radiodifusão privada, na comunicação pública e nas tecnologias digitais, o que vimos, em geral, foi o aprofundamento de práticas políticas, narrativas e discursos que apenas promovem desigualdades e afastam, a cada dia, a possibilidade de garantia da comunicação como um direito humano. A lista de violações e desrespeitos é robusta.

Diante disso, o Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, organização que há 20 anos atua pela democratização da comunicação, levantou uma série de sugestões que podem ser implementadas pelo Governo Federal para avançar na garantia do direito humano à comunicação.

TELECOMUNICAÇÕES E INTERNET

1. Recomenda-se ao Poder Executivo garantir o acesso à internet a toda a população, de forma gratuita, como política de Estado, a fim de universalizar o direito à conectividade, uma necessidade evidenciada na pandemia de covid-19, que exigiu ensino remoto e acesso a serviços e políticas públicas em plataformas digitais.

2. Recomenda-se ao Poder Executivo garantir que os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) sejam repassados para estados, Distrito Federal e municípios, nos marcos do que estabelece a Lei 14.172/2021, para que se oferte acesso à internet e dispositivos digitais a estudantes e professores/as de escolas públicas da rede básica de educação.

3. Recomenda-se ao Poder Executivo que promova a utilização do espectro para facilitar a autorização de licenças para instalação de redes locais e comunitárias de internet, sobretudo em comunidades tradicionais e áreas periféricas, com garantia de assessoria técnica gratuita aos territórios.

RADIODIFUSÃO

1. Recomenda-se ao Poder Executivo seguir o que diz o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (Decreto nº 52.795/1963) e condicionar a renovação das outorgas de radiodifusão à realização de audiências públicas e à avaliação do cumprimento da legislação em vigor durante o período de exploração do serviço, bem como a inclusão de todas as obrigações previstas em lei para as emissoras nos contratos de concessão, com a possibilidade de perda da licença, em caso de descumprimento das normas em vigor, deve estar prevista no contrato.

2. Recomenda-se ao Estado brasileiro cumprir a vedação constitucional de que políticos em exercício de mandato sejam concessionários de serviços de radiodifusão (Art. 54) e inclua na legislação a vedação também a seus familiares.

3. Recomenda-se que os órgãos competentes fiscalizem o conteúdo dos programas de rádio e TV, sobretudo os chamados “policialescos”, por reconhecidamente violarem direitos e previsões legais, e apliquem as sanções administrativas cabíveis por violações de direitos humanos, cobrando responsabilização e estimulando mudanças de práticas.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

1. Recomenda-se que o Estado brasileiro não proponha ou implemente ações limitadoras ao exercício da liberdade de expressão, inclusive por meio da criação de novos tipos penais, ainda que tenham o intuito de combater a proliferação de discursos de ódio, disseminação de desinformação e crimes cometidos na internet, entendendo que o Poder Judiciário possui meios para esse tipo de ação e deve aplicar a legislação vigente, sempre considerando o necessário equilíbrio entre a liberdade de expressão e os demais direitos humanos.

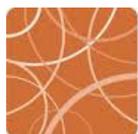
2. Recomenda-se ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo que atuem conjuntamente com entidades da sociedade civil para discutir parâmetros para a regulação das plataformas digitais seguindo os parâmetros internacionais sobre o tema, de forma a coibir a disseminação de desinformação, discurso de ódio e demais violações de direitos humanos na internet, a partir de diálogos multissetoriais.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA

1. Recomenda-se que o Estado brasileiro garanta o pleno funcionamento da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), no sentido de ser reestruturada materialmente e de cumprir seu papel de empresa pública, com orçamento adequado e respeito às estruturas de gestão que viabilizem sua independência e autonomia.

2. Recomenda-se ao Estado brasileiro a revogação de todos os atos e normas legais/institucionais que têm fragilizado a Empresa Brasil de Comunicação, a exemplo da Lei nº 13.417/2017 e da Portaria-Presidente nº 216/2019, bem como a retirada de todos os programas e conteúdos de caráter essencialmente governamental, de modo que o caráter público da EBC seja restabelecido e fortalecido.

**CARTA DO INTERVOZES - COLETIVO
BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**



intervozes

coletivo brasil de comunicação social

QUE CADA COMUNIDADE POSSA TER ATENDIDO SEU DIREITO À COMUNICAÇÃO

O Movimento Nacional de Rádios Comunitárias congrega os militantes que há décadas lutam pelo surgimento e consolidação das rádios comunitárias em todo o país. Somos homens e mulheres que se colocam em movimento para que em cada bairro, vila, comunidade rural ou urbana estejam as comunidades municiadas de seus meios próprios de comunicação.

Entendemos que desde a promulgação da Lei 9612-98 estamos sendo cerceados de nosso direito universal de comunicar e por conta das restrições consequentes das inúmeras tentativas de calar a sociedade brasileira. Lutamos pela implantação das rádios comunitárias como meios públicos de comunicação, calcados na democracia e na diversidade.

Os governos, ao longo destes 25 anos de legislação para o setor, têm se submetido às pressões das organizações empresariais da comunicação e desde 1998 impõe limitações por forma de normas e decretos que perseguiram milhares de comunidades e seus agentes, inclusive com a mais vil das operações de perseguição e fechamento de emissoras, muitas deles jamais voltaram a funcionar e são muitos os criminalizados por esta luta.

A POLÍTICA DE EDITAIS PARA CONCESSÃO DO SERVIÇO TEM SIDO A FORMA PELA QUAL AINDA SE IMPEDEM AS COMUNIDADES DE EXERCER SEU DIREITO À COMUNICAÇÃO, ALÉM DE INSUFICIENTES, SÃO A LEGITIMAÇÃO DA BUROCRACIA, CADA VEZ MAIS AGRESSIVA E QUE IMPEDE O AVANÇO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NO BRASIL.

É preciso substituir o Plano Nacional de Outorgas para uma política permanente, ágil e estratégica de fomento ao surgimento das emissoras públicas comunitárias em todas as localidades, a qualquer tempo.

O governo Lula terá um grande desafio, já que mais de 40 mil processos tramitam no Ministério das Comunicações, muitos não terão definição se assim permanecer a política de outorga e pós outorga vigente e não terá capacidade o governo de ampliar as outorgas sem uma mudança no regramento, o fim da política de editais e a alteração do decreto 2615-98. Sem esta alteração inclusive qualquer financiamento ou destinação de recursos para sustentabilidade do sistema fica impedida.

O MNRC defende que seja alterado o decreto 2615-98 nos moldes do que foi proposto no Grupo de Trabalho de Transição e a imediata construção de um programa específico para o fomento ao surgimento de outras 25 mil emissoras comunitárias que estão impedidas de existir pelo imbróglgio técnico e criminoso que foi gerado neste anos de vigência da lei por conta da má interpretação que foi construída a partir deste decreto e de suas normas subsequentes.

DEFENDEMOS UM PLANO ESTRATÉGICO PARA OS SETORES URBANOS E RURAL, COMO FOCO NO ATENDIMENTO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS, ORIGINÁRIAS, QUILOMBOLAS, ASSENTAMENTO E PERIFERIAS METROPOLITANAS, ATÉ HOJE ALIJADOS DAS POLÍTICAS PARA O SETOR.

Queremos a aplicação do art. 20 da lei 9612 que coloca na responsabilidade da União a formação, capacitação e qualificação dos comunicadores, gestores e produtores das emissoras comunitárias com um programa estratégico de fomento e formação em parceria com a EBC, Ministério da Cultura e SECOM.

LUTAMOS PARA QUE CADA COMUNIDADE POSSA TER ATENDIDO SEU DIREITO À COMUNICAÇÃO, COM O FIM DO CHOQUE DE FREQUÊNCIAS E UM PLANO DE DISTRIBUIÇÃO DE CANAIS QUE RESPEITE A LEI.

Queremos a reabertura de processos arquivados pelo MINICOM resultado da política de repressão e perseguição às comunidades e a liberdade para que as comunidades possam colocar no ar suas emissoras, com o fim da burocracia criminosa e normatização restritiva.

Queremos o respeito às nossas comunidades, principalmente aquelas perseguidas e discriminadas historicamente, com a reparação necessária, sendo ela de forma a garantir a existência das rádios comunitárias e sua sustentabilidade.

Queremos a implantação do conselho nacional de comunicação, do conselho da Rádio Digital e da comissão temática das rádios comunitárias, propostas que constam do relatório do GT Comunicações do Governo de Transição. Somos contrários ao envio dos procedimentos de outorga para a ANATEL, assim como a atual política de distribuição de canais, que impede o surgimento das emissoras comunitárias em regiões metropolitanas.

Acreditamos ser possível implantar um sistema público de radiodifusão, onde as rádios comunitárias tenham o protagonismo da organização social e da democracia.

Até hoje muitas foram as outorgas utilizadas como moeda de troca de favores políticos e para amigos dos governos de plantão, é momento de esta história mudar com o fim das limitações ao surgimento de novas emissoras para superar viciado e limitado número de outorgas vigentes.

NÃO HAVERÁ DEMOCRACIA SEM O RESPEITO AO DIREITO UNIVERSAL À COMUNICAÇÃO!

*Janeiro de 2022, Fórum Social Mundial, ano de
celebrar a democracia e combater o golpismo*



PAUTA PRIORITÁRIA DO FNDC PARA 2023

Iniciamos o ano com enormes desafios, se por um lado o resultado das eleições de outubro de 2022 vem renovar as nossas esperanças com a volta do Presidente Lula na condução do país, por outro a conjuntura ainda é bastante adversa, o Congresso eleito é ainda mais conservador, estados como São paulo e Minas Gerais estão no comando da direita e o mais grave saímos das eleições com a sociedade dividida.

Ainda temos que lidar com um Governo de ampla coalização, e além disso, os perdedores continuam sem aceitar os resultados eleitorais, e se articulam para enfrentar o Governo eleito e construir as condições para um golpe. No dia 08 de janeiro nos deparamos com o absurdo de invasão aos três poderes, algo nunca visto neste país e que se não forem tomadas as medidas enérgicas teremos um cenário bem complexo a enfrentar.

Ao longo da nossa história construímos uma agenda que aborda todos os aspectos relacionados a democratização dos meios de comunicação, nessa agenda temos determinados pontos que remontam a fundação do FNDC e ainda são atuais. Atualizamos as nossas pautas históricas e elencamos abaixo quais serão as nossas prioridades para esse novo período:

Uma das principais ações passa por uma articulação nacional do movimento pela democratização da comunicação para reivindicar do governo a realização da II Conferência Nacional de Comunicação (II Confecom);

Defendemos o projeto de comunicação pública construído pela Frente em defesa da EBC, com a reinstalação do Conselho Curador da EBC, para que todas

ras demais áreas da sociedade civil tenham voz e se sintam participantes do sistema de comunicação pública;

Continuaremos defendendo a regulamentação do Capítulo V da Constituição Federal, em especial das regulamentações da proibição da constituição de monopólios e oligopólios na comunicação e da regionalização da produção cultural, artística e jornalística;

Alertamos ao Governo da necessidade de repensar a Comunicação Pública em todos os seus aspectos, observamos a fragmentação da estrutura e inteligência pelos diversos órgãos do Governo, causando conflito e disputa de espaços, percebemos a ausência de uma instância responsável em concentrar a estratégia da Política de Comunicação, a constituição de um Conselho com participação da Sociedade civil, pode a vir ajudar neste debate;

ARTICULAR JUNTO AO GOVERNO FEDERAL E AO CONGRESSO NACIONAL, O ESTABELECIMENTO DE UMA AGENDA DIGITAL NÃO FRAGMENTADA NEM DISPERSA, QUE DIALOGUE COM A SOCIEDADE CIVIL E VISE:

- A regulação da atuação, no País, das plataformas digitais, de modo a combater a desinformação, o discurso de ódio, a violência na Internet e práticas de mercado abusivas, que levem a oligopólio;
- A taxação das plataformas digitais por meio da criação de uma CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, para alimentar o Fundo Nacional de Apoio e Fomento ao Jornalismo;
- A universalização do acesso ao serviço de banda larga.
- Regularização de incentivos à economia criativa e à atualização da legislação do audiovisual e do Serviço de Acesso Condicionado (SEAC), na área da cultura;
- Implementação de políticas e ações de educação midiática;

Como espaços de participação social, defendemos o caráter multissetorial do Comitê Gestor da Internet (CGI) e da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e a importância da transparência nas ações destes órgãos de participação popular, cobramos do Governo o compromisso de fazer com que estes exerçam de fato e de direito o seu papel;

DEFENDEMOS A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E EXIGIMOS DO GOVERNO A SUA OBSERVÂNCIA EM TODOS OS NÍVEIS E ESFERAS DE PODER;

Cobramos dos órgãos competentes a proteger as comunicações estratégicas do Estado e os dados pessoais de todos os brasileiros, denunciando toda vez que recebermos alerta de violação, propomos a realização de um encontro específico para tratar deste tema tão importante, convidando para participar, o Governo, representantes da academia e os representantes da sociedade civil no CGI e na ANPD;

Na perspectiva de avançarmos na luta pelo fortalecimento da Comunicação Comunitária e Alternativa devemos:

- Recolocar na pauta o processo de distribuição dos Canais da Cidadania, pressionando para que haja um Plano Nacional de Outorgas (PNO) para estes canais, com garantias de ampla participação social;
- Discutir a ocupação do canal comunitário DTH em audiências públicas;
- Defender a implementação do Canal da Cidadania na TV Digital;

- Exigir a publicação de um novo PNO para rádios comunitárias em territórios tradicionais, quilombolas, indígenas e assentamentos da reforma agrária;
- Incentivar a constituição de um fundo para financiar as mídias alternativas e livres;
- Lutar pela descentralização das verbas publicitárias governamentais em âmbito municipal e estadual.



FNDCC

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

PROPOSTA DA FENAJ E SINDICATOS FLIADOS

Profissionais responsáveis por levar informações seguras e corretas à população brasileira, nós, jornalistas, temos o dever profissional e cidadão de enfrentar a barbárie que está à espreita. Neste sentido, a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), entidade máxima de representação da categoria no país, apresenta ao novo governo as principais pautas da categoria, debatidas nos últimos congressos nacionais, bem como as demandas históricas da classe. Assim, conclamamos o Governo Lula a firmar compromisso público com a defesa do jornalismo, dos jornalistas e da democracia, assim como o combate à desinformação em massa e a retomada dos direitos de toda a classe trabalhadora.

1. PEC DO DIPLOMA

Apoio à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição Federal que restabelece a obrigatoriedade da formação de nível superior específica para o exercício da profissão, conhecida como PEC do Diploma. Já aprovada no Senado com ampla maioria de votos, a PEC 206/12 torna obrigatória a exigência de diploma de curso superior em Jornalismo para o exercício profissional, revertendo um equívoco histórico do Supremo Tribunal Federal, que se mostrou ao longo dos anos - com o ingresso de falsos profissionais no Jornalismo e a explosão das informações fraudulentas (conhecidas como fake news) - um grande golpe no direito da população de ser informada.

2. ATUALIZAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL DOS JORNALISTAS

Garantir uma nova regulamentação profissional para os jornalistas, prevista nos Decretos-lei Federais N° 972/69

e Nº 83.284/79 e na Seção XI – Dos jornalistas profissionais, presente no Título III, Capítulo I, da Consolidação das Leis do Trabalho. A regulamentação encontra-se atualmente defasada em função das transformações tecnológicas e da criação de novas funções, além do sobreposição de atribuições com outras profissões, como radialista, relações públicas e publicitários. Assegurar que, na nova regulamentação, o trabalho de assessoria de imprensa fique explícito como função privativa de jornalista profissional.

3. CRIAÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE JORNALISTAS (CFJ)

A proposta de criação do CFJ (e suas instâncias regionais) tem como objetivo a defesa do Jornalismo e do exercício profissional ético e responsável. Assim como os conselhos profissionais de outras categorias, o CFJ terá a função de emitir registro profissional, fiscalizar o exercício da profissão, o ensino de Jornalismo e guardar o Código de Ética da categoria, a partir da definição dos procedimentos profissionais adequados, tanto do ponto de vista técnico, quanto do ponto de vista ético. O órgão terá sua relevância social, sendo uma instância fundamental para o combate à desinformação.

4. PISO SALARIAL NACIONAL DOS JORNALISTAS

Instituição de um piso salarial nacional para a categoria dos jornalistas. A proposta é que, para uma jornada de trabalho de 30 horas semanais, o piso seja inicialmente fixado em seis salários mínimos, com reajuste anual pelo índice do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5. REGULAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES E DAS PLATAFORMAS DIGITAIS

É essencial regulamentar o acesso e a utilização dos meios eletrônicos de comunicação, conforme previsto

nos artigos 220 a 224 da Constituição, que há 32 anos estão congelados no Congresso Nacional por pressão dos donos da mídia e seus aliados. Essa regulação visará a complementariedade dos sistemas privado, estatal e público, a pluralidade e diversidade de vozes, expressões regionais, culturais, regionais e sociais, estabelecendo tais princípios para a radiodifusão e incorporando os novos meios como a TV por assinatura, internet e as tecnologias digitais.

É preciso, ainda, regular a atuação das plataformas digitais no país, estabelecendo parâmetros públicos, transparentes e democráticos para a ação de moderação de conteúdo e garantindo o acompanhamento do cumprimento dessas obrigações. Necessário estabelecer o debate no Congresso das propostas que visam a garantir a neutralidade das plataformas digitais e assegurar o princípio da soberania nacional sobre quaisquer atividades oferecidas no Brasil, com foco na neutralidade dessas plataformas e na privacidade dos dados.

6. CRIAÇÃO DO FUNDO NACIONAL DE APOIO E FOMENTO AO JORNALISMO

Valorizar e incentivar a produção jornalística no país a partir da implementação de tributo a ser pago pelas chamadas big techs, como Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft. Essa é a proposta do chamado Fundo Nacional de Apoio e Fomento ao Jornalismo (Funajor). A proposição prevê a tributação destas empresas, com a criação de uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), com alíquotas progressivas. Trata-se de um imposto especial que permite sua destinação a determinado fim, neste caso, ao Funajor.

7. RECUPERAÇÃO DA EBC E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE COMUNICAÇÃO

A ampliação do Sistema Público de Comunicação é uma necessidade em todo o país. Para tanto, é necessário garantir a utilização irrestrita da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública; reconstruir as Redes Nacionais Públicas de TV e de Rádio e ampliar a oferta dos canais públicos, permitindo que este serviço alcance todo o país.

Retomar o projeto de construção e ampliação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), corrigindo e superando as limitações e deficiências na sua criação, separando os serviços de comunicação estatal dos da comunicação pública. Recuperar seu caráter público – destruído pelos governos Temer e Bolsonaro -, recriando seu Conselho Curador, o mandato fixo de seu diretor-presidente, e aprimorando mecanismos para sua autonomia editorial.



OUVIDORIA CIDADÃ DA EBC: DOIS ANOS DE RESISTÊNCIA

*Akemi Nitahara**

Em dois anos de atividades, a Ouvidoria Cidadã da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) manteve publicações regulares de denúncias sobre o desmonte da empresa, análise de conteúdos veiculados e notícias a respeito da resistência dos trabalhadores e da sociedade civil na defesa da comunicação pública, além de artigos assinados e outras iniciativas em prol da causa. Foi uma forma efetiva que a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública encontrou para manter a participação social na empresa, mesmo que de maneira informal.

Nesse período, a iniciativa lançou dois relatórios com análises amostrais de conteúdos publicados pelos veículos e agências da EBC (rádios Nacional do Rio de Janeiro, Brasília, Amazônia e Alto Solimões; rádios MEC AM e FM do Rio de Janeiro e de Brasília; Agência Brasil; Radioagência Nacional e TV Brasil). O lançamento da Ouvidoria Cidadã da EBC, em dezembro de 2020, contou com a assinatura de 57 entidades.

Desde então, foram quase cem análises de conteúdos, 15 notas públicas e manifestos, 27 notícias e oito artigos assinados. Destaca-se também a realização do curso Comunicação Pública e Democracia, em abril de 2021, e o Seminário Reconstroí a EBC e a Comunicação Pública, entre março e abril de 2022. O seminário foi promovido dentro do contexto do Fórum Social Mundial, com lançamento do Caderno de Propostas (<https://ouvidoriacidadaebc.org/caderno-de-propostas-para-a-reconstrucao-da-ebc-e-da-comunicacao-publica/>) no dia 28 de abril. O documento foi entregue para diversas lideranças políticas e também para o Gabinete de Transição do governo, em novembro.

A Ouvidoria Cidadã da EBC tem o objetivo de retomar o espaço de participação social que foi retirado da empresa pela Medida Provisória 744/2016. A norma legal destituiu o Conselho Curador da EBC e desde 2018 a Ouvidoria da empresa foi redirecionada para cumprir um papel de comunicação institucional. Além disso, desde 2019 se intensificou o direcionamento da empresa para a comunicação governamental e, em 2021, as poucas análises que a Ouvidoria da EBC ainda fazia foram censuradas pela direção da empresa, sendo proibida de divulgar publicamente nos relatórios bimestrais as críticas aos conteúdos da comunicação pública, atividade prevista em lei. As análises passaram a ser enviadas apenas para o Conselho de Administração, sob sigilo. Com isso, a Ouvidoria Cidadã ganhou importância como espaço de participação da sociedade civil na comunicação pública do país.

De acordo com as melhores práticas internacionais de comunicação pública (Mendel 2011; Bucci, Chiaretti e Fiorani 2012), a participação social é um dos pressupostos para o bom funcionamento de uma empresa de comunicação pública, por garantir que os interesses da sociedade estejam representados nos conteúdos veiculados, bem como seu direito à comunicação diversificada e livre de proselitismos seja respeitado. Na EBC, essa participação social era exercida por meio do Conselho Curador, destituído em 2016, e pela Ouvidoria.

A Ouvidoria Geral da EBC está prevista no artigo 20 da lei 11.652/2008 e seu funcionamento consta de norma interna. Além da função de exercer a crítica interna da programação de acordo com os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública, o órgão recebe e responder às queixas e reclamações do público, fazendo o intermédio entre a população e as diversas áreas da EBC. De acordo com o primeiro ouvidor-geral da EBC, Laurindo Lalo Leal Filho, a Ouvidoria é fundamental para aprofundar a missão pública da empresa.

Porém, desde 2018 o cargo foi ocupado por indicação política e o órgão deixou de cumprir sua missão prevista em lei. Para suprir essa lacuna, a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, organização formada em 2016 em meio às ameaças de privatização ou extinção da empresa, integrada por dezenas de entidades sindicais, acadêmicas e da sociedade civil, além de jornalistas, pesquisadores e funcionários da EBC, lançou a Ouvidoria Cidadã. Além da análise de conteúdos, a iniciativa tem publicado denúncias e levantamentos sobre o uso abusivo e ilegal da empresa pelo governo federal.

Quanto à Ouvidoria da EBC, último canal institucional de participação social dentro da empresa, será preciso aguardar mais um tempo para sua volta aos princípios da comunicação pública. Foi nomeado, em setembro de 2022, como Ouvidor-Geral, um militar de carreira, sem nenhuma experiência profissional em comunicação, jornalismo ou entretenimento e o cargo tem mandato de dois anos garantido por lei. Dessa forma, mesmo que os rumos editoriais da EBC sejam corrigidos no curto ou médio prazos, é possível que se faça necessária a continuação das atividades da Ouvidoria Cidadã da EBC. Já que, mesmo em momentos mais democráticos e em que a empresa ao menos tentava cumprir seus objetivos legais, o trabalho da Ouvidoria se faz necessário para apontar deslizes e caminhos a serem seguidos, bem como fazer a interlocução entre a sociedade e as áreas da empresa.

A ação direta da sociedade civil no controle de qualidade dos conteúdos veiculados pela EBC, apontam para o desvirtuamento editorial dos veículos da empresa, representando a retomada da participação social na EBC, após a empresa deixar de prestar contas à sociedade acerca dos conteúdos veiculados. Em um país com passado recente de governo autoritário e sem tradição no campo da comunicação pública, os poucos anos de

vida da Empresa Brasil de Comunicação até a intervenção que sofreu em 2016 não foram o suficiente para que a população se apropriasse do projeto, restando aos grupos organizados historicamente em torno do tema da democratização da comunicação agir no intuito de resguardar a missão da empresa. Ao menos registrando os desvirtuamentos que ela vem sofrendo.

**Jornalista da EBC, integrante da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, conselheira cassada do Conselho Curador da EBC e doutoranda pelo PPGM/UFF.*



Ouvidoria
Cidadã
da EBC

A LUTA DA COMUNICAÇÃO É UMA LUTA POR DEMOCRACIA

Fórum Social Mundial Porto Alegre, 24 de janeiro de 2023

A Ciranda atua desde 2001 - e sob a gestão da Compas - Associação Internacional de Comunicação Compartilhada desde 2009 - na promoção da comunicação como prática indissociável das lutas sociais e meios de compartilhamento para ganhar peso na sociedade mobilizada.

Das práticas compartilhadas dos primeiros fóruns sociais mundiais à atuação no apoio a causas coletivas, a Ciranda integra frentes de comunicação e da sociedade civil com agendas que precisam ser priorizadas para a retomada de um caminho democrático no Brasil e as lutas internacionais por direitos e democracia.

Com a eleição do presidente Lula e toda esperança que essa conquista nos inspira, a Ciranda enfatiza a importância de iniciativas legais e políticas que estão na ordem do dia das demandas da sociedade brasileira.

1) Uma política participativa para a garantia de uma comunicação antirracista, decolonial e de respeito às diversidades de gênero, étnicas, regionais e religiosas da população brasileira, com especial atenção para a imagem de segmentos excluídos ou criminalizados, como a juventude negra, as pessoas trans e todo universo Lgbtqia+, e o respeito à imagem da mulher na mídia.

2) A inclusão de representantes da luta pela democracia na comunicação em todos os novos Conselhos de Participação Social, bem como políticas adequadas de comunicação que dê voz aos segmentos atendidos pelos diversos setores do Estado brasileiro.

- 3) A retomada do projeto de comunicação pública da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), nos termos da Lei 11.652, DE 7 DE ABRIL DE 2008 original , com a reinstalação do seu Conselho Curador por medida legal que revogue a LEI N° 13.417, DE 1° DE MARÇO DE 2017
- 4) A instalação de uma ouvidoria na EBC que respeite os critérios de capacitação para defesa do público como atividade essencial à comunicação pública.
- 5) A retomada da perspectiva de uma Rede Nacional de Comunicação Pública, com o fomento ao intercâmbio de conteúdos de interesse da sociedade brasileira.
- 6) A garantia de financiamento da radiodifusão pública com a destinação não contingenciada da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública.
- 7) A observância da Constituição brasileira para a complementaridade entre os sistemas de comunicação público, estatal e privado, devendo a área pública ser valorizada desde as regionalidades, incluídas as mídias alternativas nessa esfera.
- 8) Uma política de fomento para as mídias do campo das chamadas mídias livres - alternativas, comunitárias, independentes - para o fortalecimento das vozes e veículos de comunicação criados pela sociedade civil no território nacional.
- 9) O estabelecimento de critérios para a publicidade legal que valorize as mídias públicas, alternativas e sociais, sem os privilégios que reforçam a concentração do poderio de comunicação nas mãos de conglomerados de mídia de mercado.
- 10) Uma política de comunicação efetiva para as rádios e mídias públicas da região amazônica, com vistas a dar voz à populações indígenas e ribeirinhas na defesa da floresta e das políticas sócio-ambientais para o país.

11) A reorganização do sistema de comunicação no Brasil com as regulamentações pendentes da Constituição Federal, visando democratizar o sistema de radiodifusão.

12) A universalização do acesso à banda larga, assegurando políticas públicas e investimentos para cobertura das áreas silenciadas pela internet e incentivo à inclusão com o barateamento do acesso a uma internet de qualidade.

13) Uma política de fomento e difusão de tecnologias federadas conhecidas como Fediverso para a comunicação pública visando a soberania digital e proteção de dados. O Fediverso agrega atualmente todas as características necessárias para a criação de um ambiente de comunicação pública digital de acordo com o conceito dos Protocolos Livres debatidos desde o início do Fórum Mundial de mídia Livre.

Como integrante da Coalizão pelos Direitos na Rede (CDR), a Ciranda apoia as reivindicações da coalizão por

1) Garantia da diversidade e pluralidade comunicativas, 2) Universalização do acesso à internet, 3) Regulação das plataformas digitais, 4) Fortalecimento das mídias alternativas, independentes, comunitárias, populares e periféricas, 5) Enfrentamento à violência contra jornalistas e comunicadores, 6) Recuperação da autonomia e do caráter público e fortalecimento da EBC com a reinstalação do Conselho Curador, 7)) Estímulo à apropriação tecnológica e educação midiática, 8)

Desenvolvimento, em interlocução com a pasta de ciência e tecnologia, de um programa de soberania digital para o Brasil.

Como integrante da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, a Ciranda apoia a imediata reinstalação do Conselho Curador da EBC e a implementação das propostas constantes no Caderno Reconstrói a EBC e a Comunicação Pública.

Como integrante da Conferência Popular de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e da Frente Nacional Contra a Fome e a Sede, a Ciranda apoia a imediata re-instalação do CONSEA e uma política de comunicação que ajude a promover o compromisso da sociedade, governo e instâncias do Estado brasileiro com a superação da fome e da desigualdade no país.

Como integrante da Confluência Feminista no FSM a Ciranda apoia as resoluções dos Diálogos Feministas aprovadas no FSM de 2022 na Cidade do México, na defesa de uma comunicação que afirme o repúdio das mulheres e da sociedade civil à guerra e à militarização, à mercantilização da vida, a violência patriarcal que asfixia e destrói a sociedade.

Como integrante da Assembleia Mundial das Mulheres do FSM, a Ciranda apoia o Decálogo Feminista inegociável, aprovado no Fórum Social Mundial de 2018, em Salvador Bahia, e cujo item 9 pede o desmantelamento da estrutura patriarcal dos meios de comunicação, o fim da mercantilização e hipressexualização da imagem das mulheres e afirma que “nossa invisibilidade nestes meios contribui para o silenciamento de nossas lutas”.

Como integrante da Frente em Defesa do Povo Palestino, do Fórum Latino-Palestino e do processo do Fórum Social Palestina Livre, a Ciranda apoia a promoção de uma comunicação decolonial que aproxime os laços do povo brasileiro e latino-americano com a luta do povo palestino contra o apartheid israelense.

Como integrante dos coletivos organizadores do Fórum Social das Resistências e do Fórum Social Justiça e Democracia, a Ciranda apoia e se soma a todas as elaborações contidas no Caderno de Propostas Reconstrói a EBC e a Comunicação Pública, produzidos a partir dos seminários e consultas públicas realizados nesses dois processos.

Como integrante do processo do Fórum Mundial de Mídia Livre e do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, a Ciranda apoia e se soma à luta por uma outra comunicação, para outro mundo possível.

**CIRANDA.NET DE COMUNICAÇÃO COMPARTILHADA
COMPAS - ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE
COMUNICAÇÃO COMPARTILHADA**



Ciranda^{20 ANOS}
2001 - 2021

RETOMAR A EBC, O CONSELHO CURADOR E O COMPROMISSO DO BRASIL COM A COMUNICAÇÃO PÚBLICA

A Frente em Defesa da EBC, constituída por diversas organizações da sociedade civil e profissionais que atuam na defesa da comunicação pública, vem a público saudar a indicação de um importante grupo de mulheres para conduzir a transição Empresa Brasil de Comunicação (EBC), superando o período militarizado da empresa. Acreditamos que o grupo dará fundamental contribuição para a concretização dos princípios que devem guiar a empresa, entre os quais a promoção do acesso à informação plural; a produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas; a promoção da cultura nacional.

A composição da direção transitória da EBC contém elementos simbólicos que expressam importantes eixos políticos. A presidência da empresa está a cargo da jornalista da EBC Kariane Costa, mulher negra que representou os trabalhadores no Conselho de Administração; com ela, assumem a transição a também jornalista da casa Juliana César Nunes, militante do movimento negro; a presidenta do Conselho Curador cassado Rita Freire e as assessoras da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom) Flávia Filipini e Nicole Briones.

As mudanças pelas quais lutamos há tantos anos se fazem sentir, neste momento, principalmente no que tange à cobertura jornalística feita pela EBC, no tratamento conferido a seus trabalhadores e no aceno à sociedade civil que espera um perfil de diretoria comprometido com esse diálogo e com o papel estratégico da empresa, com seu jornalismo e sua produção cultural, voltados à retomada e defesa da

democracia. São mudanças que pavimentam o caminho para a construção da EBC que queremos e que, ao se fazer efetivamente pública, avança no respeito à Constituição Federal, que determina que o sistema público brasileiro deve ser complementar entre público, privado e estatal.

Agora, é hora de aprofundar o caminho de retorno da rota em direção à comunicação pública, brutalmente atacada pelos governos Temer e Bolsonaro. Entre as propostas formuladas pela sociedade civil, destacamos duas imprescindíveis:

- A retomada do Conselho Curador, instância responsável por trazer a tão necessária participação da sociedade civil para construir a programação e a gestão participativa dos veículos da EBC, é urgente. Tal objetivo pode ser alcançado com a revogação da medida de Michel Temer que alterou a Lei 11.652/2008, que criou a EBC, o que pode ser feito por meio de Medida Provisória.

- A separação das dimensões pública e estatal da empresa. Essas esferas e seus conteúdos foram confundidas no Governo Bolsonaro, que unificou a TV Brasil e a NBR, privando a população brasileira de acessar conteúdo público. Veículos públicos e governamentais cumprem papéis distintos - o que, como citado, a Constituição brasileira determina.

Recebemos com otimismo as propostas dos grupos de trabalho da transição que trataram do tema, pois todos apontaram como necessária a separação da comunicação governamental e da pública. No mesmo sentido tem se posicionado o ministro da Secom, Paulo Pimenta, que assim dialoga com as propostas reiteradas nesta carta.

É hora de atender a essa reivindicação histórica da sociedade brasileira e garantir uma comunicação verdadeira pública, que nos ajude a consolidar valores

democráticos na sociedade, com o fortalecimento da EBC como espaço de jornalismo autônomo, plural e diverso, que seja igualmente uma referência no enfrentamento da desinformação e na defesa da democracia e suas instituições.

SEM COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA, NÃO HÁ DEMOCRACIA.

FRENTE EM DEFESA DA EBC

24 de janeiro de 2023



FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

**PORTO ALEGRE
24 DE JANEIRO DE 2023**

***ORGANIZAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO:
CUT BRASIL***